


“SABER”, “CERTEZA” E “DÚVIDA”: SOBRE CETICISMO E FUNDACIONALISMO NO DA CERTEZA DE WITTGENSTEIN

Filicio Mulinari¹

Centro Educacional Linus Pauling (CELP)/
Secretaria de Estado da Educação - Espírito Santo (SEDU)

 <https://orcid.org/0000-0002-6999-6956>

RESUMO:

Presente na maioria dos escritos de Wittgenstein, o problema do ceticismo pode ser observado, por exemplo, nas anotações sobre o *solipsismo* do *Tractatus Logico-Philosophicus* (1922) ou, ainda, na reivindicação da necessidade de seguir regras publicamente, como afirma o filósofo nas ideias presentes sobre a significação dos termos em sua obra *Investigações Filosóficas* (1953). Contudo, sua investigação mais nítida sobre o ceticismo se encontra nos escritos que constituem o *Da certeza* (1969). A análise da argumentação wittgensteiniana presente nesse escrito torna possível revelar a posição original do filósofo a respeito do questionamento sobre os fundamentos do conhecimento e, conseqüentemente, da iminente possibilidade do ceticismo epistemológico. Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo analisar as considerações do filósofo sobre o tema e salientar quais contribuições o mesmo deu para o debate dessa questão tradicional da filosofia. Após isso, pretende-se ainda indicar qual é a possível posição de Wittgenstein frente ao fundacionalismo, uma vez que a leitura da obra permite uma possível aproximação do filósofo com tal corrente epistemológica.

PALAVRAS-CHAVE: Ceticismo; Fundacionalismo; Proposições dobradiças; Moore.

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Espírito Santo – Brasil. Professor de filosofia vinculado à Secretaria de Estado da Educação - Espírito Santo (SEDU), Espírito Santo – Brasil e professor de filosofia e sociologia do Centro Educacional Linus Pauling (CELP) – Espírito Santo – Brasil. E-mail: filicio@gmail.com

"KNOW", "CERTAINTY" AND "DOUBT": SCEPTICISM AND FOUNDATIONALISM IN ON CERTAINTY OF WITTGENSTEIN

ABSTRACT:

Present in most of the writings of Wittgenstein, the problem of skepticism can be seen, for example, in the notes on the solipsism of the *Tractatus Logico-Philosophicus* (1922), or even in the claim of the need to follow rules publicly, as stated by philosopher's ideas about the meaning of the terms in his work *Philosophical Investigations* (1953). However, the sharpest investigation of Wittgenstein's skepticism is found in the writings that constitute the *On Certainty* (1969). The analysis of Wittgenstein's argument that writing this makes possible to reveal the original position of the philosopher about the questioning of the foundations of knowledge and hence the imminent possibility of epistemological skepticism. Thus, this article aims to analyze the considerations of the philosopher on the subject and noted that it gave contributions to the debate this traditional question of philosophy. After that, we intend to also indicate what the possible position of Wittgenstein against foundationalism, since the reading of the work allows a possible approximation of the philosopher with such epistemological current.

KEYWORDS : Skepticism ; Foundationalism ; Propositions hinges ; Moore.

Introdução

Uma pessoa duvida com fundamentos específicos. A questão é esta: como é que a dúvida se introduz no jogo de linguagem?
(Wittgenstein, *Da Certeza*, §458)

Presente nos embates teóricos desde os primórdios da filosofia, o ceticismo sempre foi e ainda é um tema a ser investigado por muitos pensadores (seja para ser refutado ou como pretexto para fundamentação de uma teoria).² Derivado do verbo grego *skeptomái* [σκέπτομαι], que significa aproximadamente 'examinar ou observar algo', o ceticismo pode ser definido como a doutrina ou postura filosófica que afirma a incapacidade de se obter uma certeza sobre a verdade de algum tema. Noutros termos, tal

² No concernente ao ceticismo na tradição do pensamento Ocidental, pode-se dizer que o relato mais antigo do mesmo enquanto forma estruturada se encontra em Pirro de Elis (nascido por volta de 360 a.C.), que afirmava a incapacidade de determinar racionalmente qual escola filosófica de sua época possuía a posição teórica correta com relação ao conhecimento verdadeiro.

como afirma Sosa (1999, p. 846), é a posição teórica que recusa a possibilidade de qualquer justificação do conhecimento.

No campo da epistemologia, o problema cético aparece principalmente como contraponto à fundamentação do conhecimento possível. Pode, também, aparecer de forma ramificada ou abalizada por outros paradoxos, como a problemática sobre a existência de outras mentes (tal como, por exemplo, problematiza John Austin em seu artigo *Other Minds*)³ ou, ainda, sobre o paradoxo do mundo exterior (tal como já questionavam David Hume e John Locke). O que se percebe é que vários pensadores se debruçaram sobre o tema do ceticismo, seja no âmbito epistemológico (o que é possível conhecer?), seja no âmbito moral (como saber qual é a ação moralmente correta?). Dentre esses pensadores, um merecerá aqui uma atenção exclusiva, a saber, Ludwig Wittgenstein (1889-1951), filósofo de grande relevância para corrente analítica do século passado e que também deixou sua contribuição para a reflexão sobre a temática do ceticismo.

Presente na maioria dos escritos de Wittgenstein, o problema do ceticismo pode ser observado, por exemplo, nas anotações sobre o solipsismo do *Tractatus Logico-Philosophicus* (TLP) ou, ainda, na reivindicação da necessidade de seguir regras publicamente, como afirma o filósofo nas ideias presentes sobre a significação dos termos nas *Investigações Filosóficas* (IF). Contudo, sua investigação mais nítida sobre o ceticismo se encontra na obra *Da certeza* (DC), escrito no final de sua vida e publicado postumamente, em 1969. A análise da argumentação wittgensteiniana presente nesse escrito torna possível revelar a posição original do filósofo a respeito do questionamento sobre os fundamentos do conhecimento e, conseqüentemente, da iminente possibilidade do ceticismo epistemológico. Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo analisar as considerações do filósofo sobre o tema – de modo especial no *Da Certeza* – e salientar quais contribuições o mesmo deu para o debate dessa questão tradicional da filosofia. Após isso, pretende-se ainda indicar qual é a possível posição de Wittgenstein frente ao fundacionalismo, uma vez que a leitura da obra *Da Certeza* permite uma possível aproximação do filósofo com tal corrente epistemológica.

Considerações iniciais sobre o *Da Certeza* de Wittgenstein

³ O filósofo da linguagem britânico John L. Austin (1911-1960) contribuiu de modo relevante para a discussão sobre o problema de outras mentes com seu ensaio *Other Minds* (1946 [1980]). Ao dialogar com uma série de artigos do filósofo A. J. Wisdom (1904-1993) sobre o problema de ‘outras mentes’, Austin chega à conclusão que tal problema não pertenceria ao nível ontológico (visão tradicional da filosofia até então), mas sim ao nível *lingüístico* e, assim sendo, uma análise aprofundada da linguagem ordinária faria com que as implicações metafísicas fundamentais provenientes do problema fossem resolvidas.

Tradicionalmente se divide o pensamento de Wittgenstein em dois momentos: um inicial, abalizado pelo *Tractatus Logico-Philosophicus*, que constitui o que alguns chamam de ‘primeiro Wittgenstein’, e outro posterior a esse momento, um ‘segundo Wittgenstein’, fundamentado principalmente na noção de ‘jogos de linguagem’ [*Sprachspiel*], presente na obra *Investigações Filosóficas*. Entretanto, essa divisão entre dois momentos distintos da filosofia de Wittgenstein não é consensual entre os comentadores do filósofo, havendo muitos que defendem a idéia de que há apenas ‘um Wittgenstein’ e, assim, *Tractatus* e *Investigações Filosóficas* seriam obras complementares, *i.e.*, possuiriam – apesar das diferenças – uma única linha de análise, voltada para o tratamento linguístico dos problemas da filosofia.⁴

Porém, além de comentadores que alegam existir dois modos de pensamento distintos em Wittgenstein, há outros estudiosos que defendem ainda a existência de um ‘terceiro Wittgenstein’, *i.e.*, de um pensamento original posterior às *IF*. Essa última posição, defendida, *e.g.*, por Wright (1982) e por Moyal-Sharrock (2002), estabelece que os escritos realizados por Wittgenstein após 1946 constituiriam uma nova fase do pensamento do filósofo. Esta fase incluiria, além do *Da Certeza*, as obras *Remarks on Colour*, *Zettel* e todos os escritos pertencentes à Filosofia da Psicologia (como os *Remarks on Philosophy of Psychology* e os *Last Writings on Philosophy of Psychology*). Entretanto, o que deve ser enfatizado aqui é que poucos comentadores se deram ao trabalho de analisar a obra *Da Certeza*, principalmente se for comparado com outras obras de Wittgenstein, como o *Tractatus* e as *Investigações*. Por essa razão, uma análise da referida obra se faz ainda mais necessária no cenário acadêmico atual.

Inicialmente, o que se deve ter em mente é que o *Da Certeza* possui, assim como outras obras do filósofo, um estilo peculiar de escrita. A obra não possui como característica um texto sistemático. Pelo contrário, o que se encontra é um estilo de escrita desconexo, marcado por transições rápidas entre os temas e assuntos tratados na obra, o que exige uma atenção maior do leitor. Stroll (1994, p. 88) denomina esse estilo de escrita de Wittgenstein como ‘texto-quebrado’ [*broken text*], ou seja, um texto não-sistemático, descontínuo, com transições rápidas entre um tema e outro do livro:

By “broken text” [...] I mean a literary style of writing that is non-systematic, rambling, digressive, discontinuous,

⁴ O próprio Wittgenstein parece sugerir que, apesar da dissonância entre o *Tractatus* e as *Investigações Filosóficas* (que seriam dois modos distintos de pensamento), essa última obra só poderia ser corretamente compreendida a luz da primeira. Tal consideração pode ser observada logo no prefácio das *IF*: “Há quatro anos, porém, tive a oportunidade de reler meu primeiro livro (o *Tractatus Logico-philosophicus*) e de esclarecer seus pensamentos. De súbito, pareceu-me dever publicar juntos aqueles velhos pensamentos e os novos, pois estes apenas poderiam ser verdadeiramente compreendidos por sua oposição ao meu velho modo de pensar, tendo-o como pano de fundo” (*IF*, prefácio).

interrupted thematically, and marled by rapid transitions from one subject to another. This literary style has ancient antecedents, in Hippocrates and Heraclitus, for example; it is also found in such later authors as [...] Kierkegaard, Nietzsche, Karl Kraus, Gramsci, Heidegger (STROLL, 1994, p. 88-89).

Entretanto, deve-se salientar que apesar da não-sistematicidade do escrito e da aleatoriedade de seus parágrafos, o *Da Certeza* apresenta um movimento progressivo em sua estrutura como um todo, tal como afirma Stroll:

So, then, where does one begin in attempting to understand what Wittgenstein is getting at in *On Certainty*? Can any pattern be found in this collection of fractals? I believe that one can. There is, I suggest, a kind of dynamic structure to the work. It begins with a set of comments about his proof an external world and about Moore's claims to know, with certainty, the premises of his proof. [...] There is a kind of stepwise, progressive movement in this apparent randomness (Stroll, 1994, p. 81).

Essa movimentação progressiva presente no *Da Certeza* aponta para as questões-chave a cerca da epistemologia que Wittgenstein aborda na obra. Nela, o filósofo se concentra em descrever as singularidades de nosso vocabulário epistêmico, a fim de extrair conclusões epistemológicas e soluções a empecilhos teóricos por meio da análise linguística dos mesmos. Assim, o que se deve salientar é que, antes de tudo, o *Da Certeza* é essencialmente constituído enquanto uma análise gramatical (lógico-linguística) de problemas epistemológicos presentes no cerne da filosofia contemporânea.

Da certeza: apontamentos gramaticais

Antes de se adentrar no texto, é importante advertir que Wittgenstein não trata em no *Da Certeza* sobre o conhecimento [*Wissenschaft*], mas sim de um termo que possui um parentesco gramatical, a saber, o termo *saber* [*Ich Weiss...*]. Deve-se ter em mente que o filósofo faz uma crítica ao uso incorreto do termo 'saber' - sobretudo nos debates filosóficos - e, de modo especial, uma crítica aos artigos *Proof on External World* (1939) e *Defense of Common Sense* (1925) de G.E. Moore.⁵ Assim sendo, ambientado em

⁵ G.E. Moore (1873-1958) foi um importante e renomado filósofo inglês. Segundo Klemke (1999, p. 582), Moore foi um dos grandes críticos do idealismo e um dos maiores defensores do realismo em todas as suas formas: metafisicamente, epistemologicamente e axiologicamente. Seu trabalho pode ser dividido em quatro áreas distintas: metafísica, epistemologia, ética e metodologia filosófica. Apesar de ter vivido sete anos a mais após os escritos do *Da Certeza* de Wittgenstein, é muito provável que Moore nunca tenha tido contato com tal obra, pois a mesma só foi ser editada no final dos anos 60. Vale ainda dizer

uma reflexão de nível epistemológico e linguístico, *Da Certeza* de Wittgenstein é um escrito no qual o filósofo concentra sua atenção em uma análise filosófico-gramatical de termos como ‘saber’ [*Ich Weiss...*], ‘certeza’ [*Sicherheit*] e ‘dúvida’ [*Zweifel*], em busca de uma resposta ao dilema tratado por Moore, a saber, a incerteza do cético sobre a existência do mundo exterior. Wittgenstein se refere diretamente à problemática logo no início da obra:

Se você, de facto, sabe que *aqui está uma mão*, admitiremos tudo o mais. Quando alguém diz que uma certa proposição não pode ser provada, evidentemente que não quer dizer que não possa ser derivada de outras proposições; qualquer proposição pode ser derivada de outras. Mas estas podem não ser mais certas do que a já mencionada. [...] Pelo facto de me *parecer* a mim – ou a toda a gente – que uma coisa é assim, não se segue que ela o *seja*. O que podemos perguntar é se faz sentido duvidar dela (DC, §§1-2).

O problema aqui exposto é referente à possibilidade de se provar a existência do mundo exterior, tal como propôs Moore. A questão tratada por Moore é a seguinte: como posso provar que existem duas mãos em minha frente? A passagem da obra de Moore é a seguinte:

[...] segurando minhas duas mãos e dizendo, à medida que faço um certo gesto com a mão direita, “aqui está uma mão”, e acrescentando, à medida que faço um certo gesto com a esquerda, “aqui está a outra”. E se, fazendo isso, provei *ipso facto* [a partir do feito] a existência de coisas exteriores, todos nós veremos que posso também fazê-lo de várias outras maneiras: não existe nenhuma necessidade de multiplicar os exemplos (MOORE, 1989, p. 292).

Apesar de Moore, assim como Wittgenstein, rejeitar a proposta do cético, o que se tem é que Wittgenstein não concorda com o tratamento dado por Moore a questão. Isso é nítido, pois Wittgenstein se refere diretamente a Moore e, ainda, põe o problema para o nível linguístico ao afirmar que a expressão ‘eu sei’ é usada de maneira incorreta por Moore:

Pode alguém enumerar o que sabe (como Moore)? Directamente assim, não o creio. Porque, de outro modo, a expressão << eu sei >> seria empregada indevidamente. E através desse uso incorreto parece revelar-se um estranho e extremamente importante estado mental (DC, §6).

que as obras tratadas aqui, a saber, *Proof of an External World*, publicado originalmente no ano de 1939 no *Proceeding of the Brithish Academy*, e “*A Defence of Common Sense*”, publicado no *Contemporary British of Philosophy* em 1925, estão presentes em *Philosophical Papers*, obra de Moore publicada em 1959.

O que se nota na consideração de Wittgenstein é que o uso incorreto de Moore sobre a expressão ‘eu sei’ é que ela parece mostrar - incorretamente – um estado mental [*Geisteszustand*] estranho ao uso do termo. Na verdade, a possibilidade equivocada de se considerar os termos referentes à ‘saber’ e/ou ‘certeza’ enquanto estados mentais se concentra na própria diferença entre os termos, diferença essa que é de nível categórico: ‘saber’ e ‘certeza’ pertencem a categorias lógicas distintas.

<<Saber>> e <<certeza>> pertencem a diferentes *categorias*. Não são <<dois estados mentais>> como, por exemplo, <<supor>> e <<estar seguro>> (DC, 308).

Do parágrafo citado, pode-se notar que Wittgenstein claramente separa saber e certeza enquanto pertencentes a categorias distintas. Além disso, o filósofo é enfático ao rechaçar que ambos sejam estados mentais. Ao dizer isso, Wittgenstein quer apenas separar aquilo que pertence ao âmbito subjetivo (uma certeza subjetiva, pessoal) daquilo que pertence ao âmbito objetivo, que possua uma relação lógica com as proposições: “Quando é que qualquer coisa é objetivamente certa? Quando não é possível um erro (DC, § 194)”.

Como sugere Wittgenstein, um erro só deixa de ser possível quando sua possibilidade é logicamente excluída. Porém, quando isso acontece? Quando eliminamos logicamente a hipótese do erro? Segundo o filósofo, a solução para essas questões está centrada em considerar que proposições como as de Moore (‘tenho duas mãos’) são afirmações que não permitem dúvida (com exceção de casos particulares), pois são proposições que fundamentam a gramática dos nossos jogos de linguagem. Para Wittgenstein, existem razões basilares para esse tipo de certeza e são essas razões que a tornam objetiva: “‘Tenho razões soberanas [*Gründe zwingende*] para minha certeza’. Estas razões tornam a certeza objetiva” (DC, § 270).

Fundamentada nas passagens contidas nas *Investigações Filosóficas* e no *Da Certeza*, pode-se interpretar o que Wittgenstein denomina como ‘razões soberanas’ como ‘instintos’. Isso se dá pois, quando Wittgenstein fala em ‘razões soberanas’, o filósofo aponta para razões irrefletidas, que nos forcem a acreditar em certas coisas. Entretanto, essa ‘atitude impensada’ não diz respeito a apenas um indivíduo, ou a uma experiência subjetiva, mas sim a uma comunidade de participantes de um jogo de linguagem, na qual se *apura* a objetividade da certeza.

É necessário demonstrar que não era possível um erro. Asseverar que <<eu sei>> não basta. Porque, afinal, é apenas a asseveração de que não posso estar em erro, e que eu não estou em erro acerca *disso* é algo que é necessário apurar *objetivamente* (DC, §15).

Salientadas algumas considerações sobre a ‘certeza objetiva’, deve-se então investigar qual a ligação que as asserções de ‘certeza objetiva’ possuem com as de ‘saber’, uma vez que ambas estão situadas na objetividade (e por isso não são estados mentais particulares, tal como aponta o §308 do *Da Certeza*). Cabe ressaltar que, de acordo com a filosofia de Wittgenstein, é impossível se pensar em qualquer nível de objetividade (seja lógica ou linguística) que não seja respaldada pelo caráter *público* da linguagem.

Ao se referir ao caráter público da linguagem e relacioná-lo com a objetividade da ‘certeza’ e do ‘saber’, deve-se notar que quando alguém diz (e.g.) “eu sei que P”, não somente o sujeito que diz pode certificar-se da veracidade ou contra-senso de $\langle P \rangle$, mas todos que compartilham o mesmo jogo que ele também o podem. Como exemplo, toma-se: “João diz que sabe que haverá uma apresentação no Teatro hoje”. Para dizer isso, ele deve oferecer razões e/ou justificativas para a asserção e tal justificativa deve ser pública e suficiente para que se cesse a dúvida do interlocutor. Nesse sentido, João pode dizer que ‘sua mãe o disse que haveria uma apresentação’ ou, ainda, que ‘acabou de ler tal informação no jornal’. O que está em jogo aqui é se a *fonte* de informações para a afirmação de certeza sobre algo é ou não aceito pela comunidade linguística como uma justificativa razoável. Percebe-se que o ‘critério de certeza’ não está fundamentado no sujeito (não é um estado mental subjetivo), mas em uma fonte razoável de confiabilidade para uma comunidade linguística específica. A presença de um critério público para a afirmação de certeza sobre algo é mais uma característica da marca da objetividade das proposições de ‘saber’.

Entretanto, não devemos esquecer o que já havia sido assinalado no começo do artigo: certeza e saber pertencem a *categorias distintas*. Essa diferença categorial diz respeito ao âmbito lógico dos dois termos. Para Wittgenstein proposições de certeza seriam pertencentes à lógica (forneceriam condições de possibilidade para um jogo de linguagem), enquanto sentenças de saber seriam asserções empíricas (hipóteses empíricas pertencentes aos jogos de linguagem). Nesse sentido, quando alguém diz que ‘sabe algo’, o mesmo o faz com a presença de justificativas razoáveis para isso (tal como no exemplo da apresentação de teatro). Porém, o mesmo não aconteceria no que diz respeito à certeza, pois essa seria o que fundamenta o jogo de linguagem, seria algo anterior ao jogo.

Com essas considerações, percebe-se que há uma confusão gramatical quando Moore diz que “sabe que tem duas mãos” ou, ainda, “sabe que o mundo existe antes de ter nascido”. Tais proposições não seriam pertencentes à categoria do “saber”, mas sim da “certeza”, visto que não necessitam de justificativas; por não serem possibilidades/proposições empíricas, não podem ser comprovadas.

Uma proposição afirmativa suscetível de funcionar como uma hipótese não poderá ser também utilizada como fundamento para pesquisa e ação? Isto é, não poderá simplesmente ser isolada da dúvida, ainda que não em conformidade com qualquer regra explícita? É simplesmente assumida como um truísmo, nunca posta em causa, talvez nem mesmo nunca formulada (DC, §87).

Vale lembrar que apenas em contextos muito particulares é que se pode enunciar ou questionar algumas certezas tidas como básicas na nossa linguagem. Entretanto, nota-se que na filosofia não é raro encontrar tais questionamentos. O próprio ceticismo sobre o mundo exterior faz isso, ao por em dúvida algo que é fundante da gramática. Porém, o que Wittgenstein salienta é que até mesmo a afirmação da existência do mundo exterior, por exemplo, seria uma afirmação equivocada: não se pode por em dúvida e nem afirmar a veracidade das proposições que servem de base para a gramática que duvida, tal como faz Moore:

Se Moore diz que sabe que a Terra existia, etc., a maioria das pessoas concordaria com ele em que ela existiu durante todo esse tempo, e também acredita nele quando diz que está convencido desse facto. Mas terá ele também tido *fundamento* adequado para a sua convicção? Porque, caso contrário, afinal ele não *sabe* (DC, §91).

Ao invés de se questionar ou afirmar a veracidade de tais proposições, o que se deve ter em mente é que elas são parte integrante da lógica que possibilita a linguagem e, por isso, não são passíveis de questionamento (ao menos do questionamento pela mesma linguagem que tais assertivas fundamentam):

Toda a verificação, confirmação e invalidação de uma hipótese ocorrem já no interior de um sistema. E este sistema não é um ponto de partida, mais ou menos arbitrário e duvidoso, para todos os nossos argumentos: não, pertence à essência daquilo a que chamamos um argumento. O sistema não é tanto o ponto de partida, como o elemento onde vivem os argumentos (DC, § 105).

Não há possibilidade de se erguer uma dúvida em um jogo de linguagem sem que haja um modo de solucioná-la; ela não pode ser levada *ad infinitum*. Sobre as asserções de Moore, o que se nota é que nada é capaz de comprová-las: elas apenas são uma imagem do mundo que serve como referência e é compartilhada por uma comunidade linguística:

Mas eu não obtive a minha imagem do mundo [*Weltbild*] por me ter convencido de sua justeza, nem a mantenho porque me

convenci da sua justeza [*Richtigkeit*]. Pelo contrário, é o quadro de referências herdado que me faz distinguir o verdadeiro do falso (DC, §94).

Parece estar bem claro que a diferença da função lógica das proposições de saber e de certeza não é apenas de grau (como se a certeza fosse superior ao saber), mas de *categoria*, pois possuem *papéis lógicos distintos*. Entretanto, deve-se salientar que não há rigidez ou imutabilidade das proposições, sejam elas de certeza ou de saber. Assim sendo, proposições que em alguns contextos possuem a funcionalidade de hipóteses (necessitando de justificativa), noutros momentos podem aparecer como asserções gramaticais, *i.e.*, proposições lógicas fundantes. O erro de Moore parece residir nisso: além de listar proposições fora dos contextos responsáveis por sua atribuição de significado, ele ainda confunde proposições empíricas e gramaticais (lógicas, fundantes).

A dúvida e sua relação com o conhecimento

Entretanto, há ainda outra possibilidade de se entender a distinção de categoria entre ‘saber’ e ‘certeza’. Tal possibilidade perpassa por uma remarcação analítica desenvolvida por Wittgenstein sobre o termo ‘dúvida’ e seu papel lógico, que pode ser observada no seguinte trecho:

<<Saber>> e <<certeza>> pertencem a diferentes *categorias*. Não são <<dois estados mentais>> como, por exemplo, <<supor>> e <<estar seguro>> (aqui, parto do princípio de que é significativo para mim dizer <<eu sei o que é que, por exemplo, significa a palavra <<dúvida>> e que esta frase indica que a palavra <<dúvida>> **desempenha um papel lógico**) (DC, 308, **grifo-nosso**).

A fim de se ter maior clareza da passagem, toma-se o seguinte ‘experimento mental’. É possível imaginar alguém dizendo a seguinte sentença “eu achava que sabia o que o termo X significa”. Na verdade, essa proposição é até comum em algumas situações, como em turmas que estão iniciando a aprendizagem de um idioma novo. Todavia, percebe-se certa peculiaridade quando se troca o “X” por “dúvida” na referida proposição. Isso se dá pois, de fato, duvidamos (ou questionamos) antes mesmo de aprender o significado do termo dúvida: uma criança pode questionar seus pais com várias perguntas sem mesmo saber o que o termo ‘dúvida’ significa. Até mesmo se pode dizer, quando a criança começa a duvidar de algumas coisas, que em determinadas situações ela não sabe o real

significado do termo ‘dúvida’, *i.e.*, que ela ainda não domina o uso correto do termo no jogo de linguagem que está inserida.⁶

Aqui também é necessário dizer que o termo ‘dúvida’ não faz referência a nenhum objeto ou estado mental privado. A criança, ao duvidar (mesmo que aplicando o termo erroneamente), não possui algo como um objeto subjetivo – interno e privado – do qual possa fazer referência para significar o que está querendo dizer. A rejeição dessa hipótese pode ser encontrada antes mesmo do *Da Certeza*, uma vez que na primeira parte das *Investigações Filosóficas* Wittgenstein já indicava a necessidade de critérios (regras) públicos para a definição e uso de um termo em um jogo de linguagem e, conseqüentemente, a impossibilidade de se indicar critérios subjetivos para referenciar e significar termos.⁷

Feitas essas considerações, retoma-se o §308 do *Da Certeza*, no qual se lê que a ‘dúvida possui um papel lógico’. Na verdade, a originalidade do tratamento de Wittgenstein sobre a questão da ‘certeza’ está abalizada por sua consideração de que algumas asserções com formas de proposições empíricas cumprem, em determinados contextos, a função de proposição lógica. Isto é nítido na seguinte passagem:

Aquilo que nos interessa agora não é estar seguro mas saber. Isto é, interessa-nos o facto de que não pode existir qualquer dúvida acerca de certas proposições empíricas, se é de fato possível formular juízos. Ou ainda: estou inclinado a crer que nem tudo que tem a forma de proposição empírica o é (DC, §308).

Deve-se atentar para a função lógica de algumas proposições aparentemente empíricas, pois é nesse ponto que se encontra o erro de alguns tipos de ceticismo (tal como o do ceticismo do mundo exterior). Alguém que duvide da existência de objetos físicos (*e.g.*) toma proposições com função lógica (que fundamentam a gramática) enquanto proposição empírica. De fato, Wittgenstein é pontual ao dizer que o fundamento [*Grundlage*] do verdadeiro, *i.e.*, as razões ou justificativas nas quais se baseia uma asserção tida como verdadeira não pode ser nem verdadeiro nem falso: “Se o verdadeiro é o que é fundamentado, então o fundamento não é nem verdadeiro nem falso” (DC, § 205). Nesse sentido, se nosso jogo de linguagem torna possível a distinção entre verdade e falsidade, isso só é

⁶ Wittgenstein parece indicar um exemplo parecido no seguinte trecho da obra: “As crianças não aprendem que existem livros, que existem poltronas, aprendem a ir buscar livros, a sentarem-se em poltronas, etc. Mais tarde surgem perguntas acerca da existência das coisas. << Existe o que se chama unicórnio? >>, e assim por diante. Mas uma tal pergunta só é possível porque, em regra, não se apresenta a questão correspondente (DC, § 476)”.

⁷ Tal indicação de Wittgenstein pode ser encontrada naquilo que tradicionalmente ficou conhecido como “Argumento da Linguagem Privada”, presente nos parágrafos 243-315 das *Investigações Filosóficas*.

permitido porque há proposições que fundamentam esse jogo, ou seja, que não entram no ‘jogo do verdadeiro-falso’. Entretanto, deve-se frisar que *não há* proposições fundamentais imutáveis ou rigidamente definidas: as proposições fundamentais se constituem dessa forma pelo movimento das proposições que são fundamentadas por ela em um jogo de linguagem.

Parece claro que a questão que Wittgenstein tem em mente nessas passagens do *Da Certeza* diz respeito à possibilidade de se aplicar a dúvida em algumas proposições específicas. Pode-se dizer, fundamentado nas passagens do filósofo, que só é possível a manifestação de um juízo de dúvida em proposições sobre as quais ainda é possível decidir sobre o seu valor de verdade. Fica nítido, então, a função lógica da ‘dúvida’, pois o uso do termo indica situações peculiares e similares ao do uso do termo ‘saber’, uma vez que só é possível a utilização desses termos em proposições que permitem o juízo de falsidade e veracidade: “Quem tentasse duvidar de tudo, não iria tão longe como se duvidasse de qualquer coisa. O próprio jogo da dúvida pressupõe a certeza” (DC, §115). Entretanto, deve-se advertir que é o *uso* que define essa possibilidade assertiva:

Sei que um homem doente está aqui deitado? Absurdo! Estou sentado ao lado da sua cama, olho atentamente para o seu rosto. Então não sei, assim, que um doente está aqui deitado? Nem a pergunta nem a afirmação fazem sentido. Não o fazem mais do que a afirmação <<Eu estou aqui>>, que poderia, contudo, fazer em qualquer momento em que se apresentasse uma oportunidade adequada. Então <<2x2=4>> será igualmente um absurdo e não uma proposição da aritmética, exceto em ocasiões especiais? <<2x2=4>> é uma proposição verdadeira da aritmética – não <<em ocasiões especiais>> nem <<sempre>> - mas a frase dita ou escrita <<2x2=4>> em chinês poderia ter um significado diferente ou ser um disparate e daí se vê que **é apenas na utilização que a proposição faz sentido** (DC, §10, grifo-nosso).

Nota-se em diversas passagens ao longo da obra a afirmação da necessidade de uma justificativa para a enunciação de juízos de descrença, ou seja, de um contexto que permita que o sujeito coloque determinadas asserções em dúvidas: deve-se ter razões para se duvidar, *i.e.*, deve-se fundamentar a dúvida para que a mesma faça sentido. Entretanto, não há uma demarcação clara das proposições que fundamentam nossa gramática e, nesse sentido, também não são nitidamente definidas quais as asserções que são passíveis de dúvida. Wittgenstein é enfático nesse ponto: “Há casos em que a dúvida é insensata, mas outros em que parece logicamente impossível. E não parece haver demarcação clara entre eles (DC, §454)”.

Ao afirmar a impossibilidade de se demarcar quais proposições são passíveis de descrença, alguém pode questionar: se não é possível demarcar os limites da dúvida, a dúvida cética sobre a existência do mundo exterior ainda pode ser passível de veracidade? A resposta a essa questão está

respaldada na necessidade de se fundar um jogo de linguagem para, só após isso, ser possível a formulação de um juízo de dúvida. Assim sendo, mesmo não sendo possível delimitar ou demarcar exatamente em quais situações e contextos a dúvida é possível, é apenas após o jogo de linguagem está estabelecido que o ato de duvidar se realiza. Noutros termos, o ato de duvidar é posterior à fundamentação da gramática em que a dúvida está situada e, assim, a dúvida universal (independente do contexto e/ou espaço) é inválida. Para comprovar isso, Wittgenstein lança mão da análise da aprendizagem da linguagem e afirma que, para se duvidar de algo, deve-se antes aprender a acreditar em algo:

Quero dizer: a nossa aprendizagem segue o padrão << aquilo é uma violeta >>, << aquilo é uma mesa >>. Admite-se que uma criança ouvisse pela primeira vez a palavra << violeta >> na frase << talvez aquilo seja uma violeta >>; mas então poderia perguntar << o que é uma violeta >>? Evidentemente, a isto poderia responder mostrando-lhe uma *imagem*. Mas como seria se uma pessoa dissesse << aquilo é... >> somente quando mostrasse uma imagem e, de outro modo, apenas dissesse << talvez aquilo seja... >> - Que consequências práticas teria isso? Uma dúvida que duvidasse de tudo não seria uma dúvida (DC, § 450).

Ao recorrer ao exemplo da aprendizagem da linguagem para refutar a possibilidade da dúvida cética, Wittgenstein mostra como algumas questões filosóficas provêm do mau entendimento do uso de certos termos. Assim, ao abalizar a necessidade do ato de duvidar com a necessidade de fundamentação de uma gramática que possibilite a dúvida (e tenha proposições de caráter lógico fundante), tem-se que a posição do ceticismo se mantém insustentável, visto que a dúvida cética seria algo como a linguagem fora de si mesmo, ou seja, uma dúvida que extrapola os limites significativos da linguagem. Porém, alguém poderia questionar: uma vez que é necessária a existência de proposições lógicas fundantes (não passíveis de qualquer dúvida), seria Wittgenstein então um fundacionalista? Como se nota, a resposta a tal questão não se revela – a primeira vista – de modo claro e, por isso, a análise desse ponto se faz necessário para o entendimento das considerações do filósofo sobre a epistemologia no *Da Certeza*.

Wittgenstein: um fundacionalista?

A resposta sobre uma possível leitura fundacionalista do escrito *Da Certeza* de Wittgenstein deve, antes de ser respondida, revelar ao menos os traços principais daquilo que aqui se toma como ‘fundacionalismo’. De acordo com Moser (1999, pg. 321), o fundacionalismo [*foundationalism*] pode ser entendido como a teoria que alega que o conhecimento e a justificação epistêmica possui uma estrutura de dois níveis distintos:

algumas instâncias de conhecimento e justificação são não-inferenciais [*non-inferentials*] ou fundacionais [*foundational*]; as outras instâncias seriam inferenciais, ou não-fundacionais. O nível não-inferencial ou fundacional não necessitaria de comprovação ou justificação perante a comunidade que compartilha de tal compreensão epistemológica e, por isso, seria sempre tomado como verdadeiro. Tal nível funcionaria como um alicerce para a construção de todo saber, uma vez que possibilita a aquisição do outro nível de conhecimento, *i.e.*, a aquisição do conhecimento inferencial (não-fundacional).

Essa visão epistemológica, que possui suas raízes em Aristóteles, recebeu uma formulação sistemática por René Descartes, na obra *Meditações*. Contudo, foi na filosofia analítica contemporânea, com Bertrand Russell, C.I. Lewis e Chisholm que o fundacionalismo mais floresceu.⁸ De fato, é clara a influência exercida por Russell nos escritos de Wittgenstein. Porém, a questão é: pode-se dizer que as ideias presentes no *Da Certeza* se revelam como fundacionalistas? Nos estudiosos de Wittgenstein, a resposta a essa questão não é consensual. Avrum Stroll, em seu livro *Moore and Wittgenstein on Certainty* (1994) diz que Wittgenstein desenvolve no *Da Certeza* um tipo altamente original de fundacionalismo (STROLL, 1994, p. 138), se distinguido do fundacionalismo tradicional presente na filosofia:

[...] Wittgenstein is a foudationalist *of sorts*, but not of a traditional sort, and that his form of foundationalism is consistent with his apothegm that description should replace explanation in philosophy (STROLL, 1994, p. 141).

Além de Avrum Stroll, outros comentadores defendem a existência de certo tipo de fundacionalismo no *Da Certeza*.⁹ Porém, pode-se considerar que os comentadores que classificam Wittgenstein enquanto fundacionalista (mesmo que de um tipo distinto do tradicional) se encontram em menor número se comparado com a leitura oposta. Um dos motivos para que a leitura ‘anti-fundacionalista’ de Wittgenstein seja majoritária nos meios universitários é o fato de que Richard Rorty, em seu livro *Philosophy and*

⁸ Apesar de possuir uma estrutura básica comum, deve-se salientar que o fundacionalismo não é tomado de forma homogênea pelos pensadores na filosofia contemporânea, o que ressalta a existência de distintos tipos de fundacionalismo. Sobre isso, Moser diz: “*Versions of foudationalism differ on two main projects: (a) the precise explanation of the nature of non-inferential, or foundational, knowledge and justification, and (b) the specific explanation of how foundational knowledge and justification can be transmitted to non-foundational beliefs. Foudationalism allows for differences on these projects, since it is essentially about the structure of knowledge and epistemic justification*” (MOSER, 1999, p. 321).

⁹ Como referência que segue a mesma linha de Stroll, pode-se citar a obra de Gertrude Conway, intitulada *Wittgenstein On Foundations* (1989), na qual a autora também defende uma leitura fundacionalista do *Da Certeza*.

the Mirror of Nature, publicado em 1979, ter argumentado e defendido que Wittgenstein (junto com Heidegger e Dewey) teria se livrado da concepção de filosofia enquanto fundacional:

It is against this background that we should see the work of the three most important philosophers of our century – Wittgenstein, Heidegger, and Dewey. Each tried, in his early years, to find a new way of making philosophy “foundational” – a new way of formulating an ultimate context for thought. Wittgenstein tried to construct a new theory of representation which would have nothing to do with mentalism. [...] Each of the three, in his later work, broke free of the Kantian conception of philosophy as foundational, and spent his time warning us against those very temptations to which he himself had once succumbed. [...] For all three, the notions of “foundations of knowledge” and of philosophy as revolving around the Cartesian attempt to answer the epistemological skeptic are set aside (RORTY, 1980, p. 5-4).

Entretanto, não foi somente Rorty que realizou essa leitura dos escritos wittgensteinianos. Vários outros pensadores e comentaristas mantêm essa leitura, tal como Phillips (2003), Sharrock (2002), dentre outros. Não obstante, uma vez que se tem na bibliografia sobre o tema leituras diversas e, conseqüentemente, respostas distintas para a mesma pergunta, o modo mais correto de se achar uma resposta a questão seria realizar uma análise sobre a temática fundamentada no próprio texto de Wittgenstein. Porém, salienta-se que a análise aqui realizada dos textos de Wittgenstein não pretende ser ‘a correta’, menos ainda definitiva, mas pretende sim ser uma análise que independe das discussões e comentários já lançados anteriormente sobre a questão.

Uma vez exposta a problemática dos comentários sobre a relação entre Wittgenstein com o fundacionalismo, parte-se então agora para a análise do texto do próprio filósofo. De fato, há várias passagens no *Da Certeza* que abrem margem para uma interpretação fundacionalista sobre a obra. Existem trechos na obra nos quais o filósofo parece indicar, quase que literalmente, uma leitura fundacionalista. Duas dessas passagens se encontram quando o autor cita, por exemplo, a necessidade do ‘quadro de referências herdado’ [*überkommene Hintergrund*] ou, então, a raiz não fundamentada da convicção:

Mas eu não obtive a minha imagem do mundo por me ter convencido da sua justeza, nem a mantenho porque me convenci da sua justeza. Pelo contrário, é o quadro de referências herdado que me faz distinguir o verdadeiro e o falso (DC, §94).

Na raiz de uma convicção bem fundamentada encontra-se uma convicção não fundamentada (DC, §253).

Além desses trechos há, ainda, algumas passagens metafóricas nas quais o autor parece indicar indiretamente algo como um fundamento do conhecimento segundo uma visão fundacional. Dentre as metáforas usadas por Wittgenstein que se aproximam do fundacionalismo, pode-se citar a alegoria do ‘rio e da rocha dura’ e, ainda, da classificação de algumas proposições enquanto dobradiças.¹⁰

E a margem daquele rio consiste, em parte, em rocha dura não sujeita a alteração ou apenas a uma alteração imperceptível e, noutra parte, em areia que ora é arrastada, ora se deposita (DC, §99).

Isto é, as *perguntas* que formulamos e as nossas *dúvidas* dependem do facto de certas proposições estarem isentas de dúvida serem como que dobradiças em volta das quais as dúvidas giram. Isto é, pertence à lógica das nossas investigações científicas que certas coisas *de facto* não sejam postas em dúvida. Mas a situação não se assemelha a isto: *Não podemos* investigar tudo e por isso somos forçados a contentar-nos com suposições. Se queremos que a porta se abra, é preciso que as dobradiças lá estejam (DC, §341).

Todavia, apesar da possível leitura fundacionalista dos trechos citados, percebe-se certa peculiaridade quando Wittgenstein lança mão delas, principalmente quando se refere às ‘proposições dobradiças’. Proposições desse tipo são imunes a certos juízos, como certo e errado, verdadeiro ou falso, etc. Entretanto, o que se tem é que tais proposições não seriam proposições exatamente, mas sim *regras gramaticais*. Ambas – regras e ‘proposições dobradiças’ se confundiriam na trama conceitual dos jogos de linguagem. Wittgenstein indica essa possibilidade:

Aquilo que nos interessa agora não é estar seguro mas saber. Isto é, interessa-nos o facto de que não pode existir qualquer dúvida acerca de certas proposições empíricas, se é de facto possível formular juízos. Ou ainda: estou inclinado a crer que nem tudo que tem a forma de uma proposição empírica o é. Será que regra e proposição empírica se confundem? (DC, §§308-309).

Como se nota, as proposições dobradiças atuam como regras ou normas para as proposições empíricas e, por isso, não podem ser justificadas ou falsificadas pela experiência. Elas ficam ‘fora do caminho em que a investigação se move’ (DC §88). Mas tais proposições não atuam como regra por essência e, por isso, não são universalmente aceitas enquanto tal. Além disso, elas podem ainda ser transpostas enquanto proposições empíricas ao longo do tempo, *i.e.*, as proposições dobradiças podem se

¹⁰ Há uma vasta literatura dedicada ao comentário de Wittgenstein sobre ‘proposições dobradiças’. Para mais detalhes, vide:

transformar em proposições empíricas e vice-versa. Sobre essa possibilidade de transformação, Wittgenstein é enfático:

Poderia imaginar-se que algumas proposições, com a forma de proposições empíricas, se tornavam rígidas e funcionavam como canais para as proposições empíricas que não endureciam e eram fluidas, e que esta relação se alterava com o tempo, de modo que as proposições fluidas se tornavam rígidas e vice-versa (DC, § 96).

Noutra passagem, o filósofo diz que a proposição que atua como sendo passível de verificação pode, em outro contexto, ser tratada como regra de verificação [*Regel der Prüfung*], *i.e.*, como proposição dobradiça: “Contudo, isto é certo: a mesma proposição pode ser tratada uma vez como coisa a verificar pela experiência, outra vez como regra de verificação” (DC, § 98).

Apesar de Wittgenstein distinguir as proposições dobradiças das proposições empíricas, o filósofo deixa claro que a demarcação entre ambas não é feita de modo claro. Para isso, lança mão de uma passagem metafórica sobre o leito de um rio:

A mitologia pode regressar a um estado de fluidez, o leito do reio dos pensamentos pode desviar-se. Mas eu distingo entre o movimento das águas no leito do rio e o próprio leito; ainda que não haja uma demarcação nítida entre eles (DC, § 97).

Com essas passagens, o que se tem é a percepção de que Wittgenstein não defende a ideia de uma estrutura rígida do conhecimento, estrutura essa que seria fincada nos jogos de linguagem. Contrário a isso, o que se tem é a defesa do filósofo da fluidez da base que permite que o conhecimento seja possível e, por defender essa fluidez, a defesa de uma leitura fundacionalista do *Da Certeza* parece ser posta em xeque.

Considerações Finais

A análise de alguns parágrafos presentes no *Da Certeza* possibilitou, mesmo que superficialmente, constatar o modo inovador com o qual Wittgenstein trata de um dos problemas epistemológicos mais persistentes na filosofia contemporânea, a saber, o ceticismo. A partir de um estudo linguístico focado em termos como ‘saber’, ‘certeza’ e ‘dúvida’, notou-se que o uso equivocado desses termos invoca uma compreensão errônea da linguagem e, assim, possibilita a existência de paradoxos filosóficos aparentemente insolúveis. Ao acusar tal erro, sobretudo por parte de Moore em sua consideração sobre o ceticismo do mundo exterior, Wittgenstein abre margem para que seja possível uma alternativa de solução ao problema que não mais se fundamente no modelo referencial ou fundacional presente na

filosofia até então.

Em relação ao modelo fundacional, foi possível perceber também que o mesmo não se sustenta no *Da Certeza*. Ao contrário de comentadores como Stroll e Conway, o que se tem é que se em algumas passagens o Wittgenstein abre margem para uma possível interpretação fundacionista, em outras o filósofo faz questão de afastar tal possibilidade radicalmente. Assim, ao final o que se percebe é que o *Da Certeza* se constitui enquanto um escrito que abre novas possibilidades interpretativas a problemas tradicionais da filosofia e, assim, indica alternativas originais a dois temas presentes no núcleo dos debates epistemológicos contemporâneos, alternativa essa centrada na análise linguística de questões filosóficas.

Referências bibliográficas:

- CONWAY, Gertrude. *Wittgenstein On Foundations*. Humanity Books, 1989.
- KLEMKE, E.D. Moore. In: AUDI, Robert. *Cambridge Dictionary of Philosophy*. 2ª Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MOORE, G. E. *Escritos Filosóficos*. Trad. Paulo Mariconda. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- MOSER, Paul. K. Foundationalism. In: *Cambridge Dictionary of Philosophy*. 2ª Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MOYAL-SHARROCK, D. *Understanding Wittgenstein's On Certainty*. New York: Macmillan, 2002.
- PHILLIPS, D. *Wittgenstein's On Certainty*. Oxford: Blackwell, 2003.
- RORTY, Richard. *Philosophy and the Mirror of Nature*. Princeton: Princeton University Press, 1980.
- SOSA, Ernst. Skepticism. In: AUDI, Robert. *Cambridge Dictionary of Philosophy*. 2ª Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- STROLL, Avrum. *Moore and Wittgenstein on Certainty*. New York: Oxford University Press, 1994.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Da Certeza*. Trad. Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70, 1990.